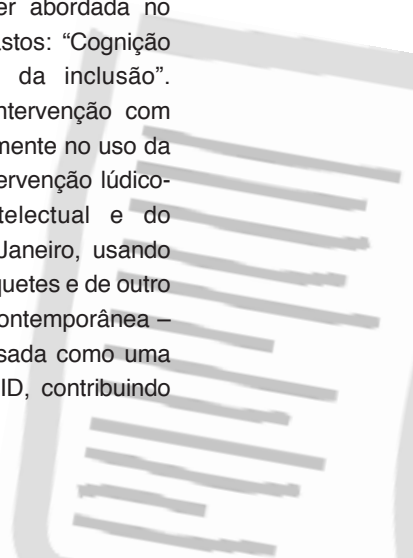


Editorial

Em mais um momento de transição para a Revista Portuguesa de Educação, o primeiro número de 2016 marca a publicação exclusivamente em formato digital. O número reúne doze textos de países tão diversos como os EUA, Argentina, Brasil, Espanha e Portugal, incidentes em temáticas também elas diversas, e que abarcam desde as necessidades (educativas) especiais, a educação para a saúde, a educação de adultos, a formação de profissionais de ensino, de enfermagem e de dança, finalizando com o ensino superior.

O número abre com um artigo de James Patton e Min Kyung Kim, intitulado “The importance of transition planning for special needs students”, abordando o processo de transição de alunos com necessidades especiais, que ocorre após a escolarização formal e que sinaliza a entrada na vida adulta. De modo a tornar esta transição produtiva e integrar eficazmente estes alunos, os autores argumentam no sentido de a escola preparar ativamente esta transição com o aluno, a sua família, e os serviços de apoio ao adulto. Neste texto, apresentam um modelo para planificar e avaliar o processo de transição, identificando elementos importantes para orientar este processo e assegurar uma eficaz transição para a idade adulta e que incluem o aluno e o desenvolvimento das suas competências para a autonomia e para a vida ativa, mas também as suas famílias e os serviços escolares.

A temática da inclusão, agora aliada a processos de intervenção psicopedagógica que incorpora o uso das TIC, volta a ser abordada no segundo artigo, da autoria de Cristina Coelho e Claudio Bastos: “Cognição espacial e intervenções psicopedagógicas no contexto da inclusão”. Questionando as abordagens formais nos processos de intervenção com crianças com necessidades especiais, e que se apoiam fortemente no uso da linguagem verbal, os autores analisam o impacto de uma intervenção lúdico-psicopedagógica com dois alunos com deficiência intelectual e do desenvolvimento (DID), de uma escola pública do Rio de Janeiro, usando programas computadorizados e práticas de construção de maquetes e de outro material. Concluem que a linguagem tecnológica da cultura contemporânea – o uso de Internet, mapas, *Google Street View* – deve ser usada como uma ferramenta facilitadora da aprendizagem dos alunos com DID, contribuindo para a promoção de uma educação inclusiva.



O texto de Roque Trierer e Arnaldo Nogaro dá continuidade à temática da inclusão. Intitulado “No controverso desafio da educação inclusiva: Um convite para pensar a complexidade humana”, apresenta-nos uma reflexão teórica sobre os contributos da filosofia da educação para pensar uma educação inclusiva a partir do reconhecimento da multidimensionalidade e complexidade humanas e da “fragilidade do reconhecimento das diferenças”, numa busca para a compreensão de si a partir do conhecimento do outro. Os autores refletem sobre as sociedades atuais, onde, a partir de relações de poder, alguns grupos sociais negam a grupos sociais que vivem nas margens da sociedade a possibilidade de serem pensados e tratados como “sujeitos de direito”, despojando-os da sua “legitimidade humana”. Neste contexto, pensar a escola como lugar de inclusão, implica, para os autores, uma atitude transdisciplinar a partir da qual “os conhecimentos são construídos a partir dos referenciais de valorização da diversidade cultural”, onde os educadores perspetivam os alunos como “sujeitos de ideias”.

Marcos Cabezas González, Sonia Casillas Martín e Jorge Martín de Arriba trazem-nos o texto “Experiencias de trabajo colaborativo mediante Tecnologías de la Información y la Comunicación entre profesores”. Apresentam um estudo sobre as formas de colaboração, mediadas pelas TIC, levado a cabo com 185 professores dos ensinos básico e secundário, da comunidade de Castilla y León, procurando caracterizar as experiências de trabalho colaborativo através das TIC, enquanto meio de desenvolvimento profissional e formação contínua. Recorrendo a um inquérito por questionário, chegam à conclusão que há pouca cultura de colaboração com recurso às TIC, apesar do seu uso com os alunos e da perceção de relevância, facilidade e comodidade na comunicação com os colegas.

O artigo de María Cecilia Bocchio, intitulado “Política de Agrupamiento Escolar: ¿Mutación o "muerte" del trabajo de Director Escolar?”, debruça-se sobre a medida de política educativa que institui um novo modelo organizativo das escolas em Portugal: o Agrupamento Escolar (AE). A autora procura, através de um estudo de caso, perceber em que medida aquela política permite a descentralização do poder ao nível do sistema educativo português em que o cargo de Diretor emerge como um órgão unipessoal de gestão. Os resultados da investigação apontam para o Diretor como um ‘regulador técnico’ da arquitetura de gestão do AE, regulado pelo Ministério da Educação e regulador das ações e dos atores sociais do Agrupamento, nomeadamente os/as coordenadores/as de escola, recentralizando o controlo do sistema educativo por parte do Ministério da Educação e Ciência e encarnando o gestor de uma nova empresa educativa.

O artigo de Ana Paula Natal e Mariana Gaio Alves, intitulado “Políticas de aprendizagem ao longo da vida em Portugal: Controvérsias na esfera pública em torno da Iniciativa Novas Oportunidades (2005-2013)”, constrói um objeto de estudo em torno da análise do discurso de artigos publicados em três jornais portugueses entre 2005 e 2013 (*Expresso*, *Público* e *Correio da Manhã*). As autoras refletem sobre a interpretação dada pela imprensa escrita a uma medida concreta de política educativa para adultos, implementada em Portugal durante a vigência do XVII governo constitucional, chamando a atenção para o valor económico do conhecimento numa “Europa competitiva” e que afasta a ALV “do ideal de Educação Permanente emergente na década de 1970”. Com diferentes gradações em função do periódico analisado, os resultados do estudo evidenciam a importância da imprensa escrita na formação (positiva ou negativa) da opinião pública e na reformulação de políticas educativas como a estudada.

Carlos Luiz Cardoso, Elenor Kunz e António Camilo Cunha trazem-nos um artigo teórico intitulado “Fundamentos antropológicos do *se-movimentar*: percepção, movimento e salutogênese”. Os autores fazem uma viagem pela teoria da *Gestalt* e pela emergência de uma nova conceção da pessoa (doente) através de uma antropologia médica associada a *percepção-movimento*. A partir de autores como Viktor von Weizsäcker e Paul Christian, defende-se a ideia de passagem do paradigma da patogênese (onde o movimento é perspectivado como compensação da vida agitada) para o paradigma da salutogênese (onde o movimento é concebido como promoção para a saúde e educação como um princípio único), em que o eixo é “o sentido de vida em movimento” e o conceito central é o *se-movimentar* que, transposto para a educação física escolar, daria origem a um *perceber-movimentar* no sentido de “ser mais saudável.”

Priscila Trevisan, Gisele Schwartz, Nara Rodrigues e Ana Paula Teodoro apresentam o texto “Educação e formação em dança: A inserção da expressão criativa nos cursos técnicos de dança na perspectiva de professores e bailarinos”. Dada a escassez na área dos estudos na formação técnica em dança, as autoras realizaram um estudo exploratório, através de questionário aberto, buscando perceber de que modo a expressão criativa tem sido trabalhada no contexto destes cursos. Estudando as visões de 20 professores e bailarinos da cidade de Pirassununga-SP-Brasil, que sinalizam sobretudo uma formação técnica, em detrimento da expressão criativa, as autoras discutem o conceito de criatividade na dança, defendendo ambientes educacionais valorizadores da expressão criativa corporal.

Ana Paula Baladeli, Clarice von Borstel e Aparecida Ferreira analisam o programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) promovido pelo governo brasileiro, no artigo “Identidades docentes e diferença no discurso de professores de Língua Inglesa em formação inicial”. Através da análise de narrativas autobiográficas de 6 alunos candidatos a professores, a frequentar este programa, as autoras analisam os processos de construção da identidade docente através da identificação identitária com os bons modelos de professores de língua inglesa que marcaram as vivências escolares destes alunos. Os modelos identitários são construídos logo a partir das primeiras experiências (como alunos de Inglês) na escola e definem-se, quer pela positiva, quer pela negativa, nas primeiras experiências e expectativas construídas enquanto estudantes, nas relações com os professores, na escolha do curso e nas práticas sociais no âmbito do Pibid.

O artigo, “Uso da metodologia da problematização com o Arco de Maguerez no ensino sobre brinquedo terapêutico”, da autoria de Júnia Fujita, Elenice Carmona, Antonieta Shimo e Elizane Mecena, traz-nos uma experiência de desenvolvimento de protótipos de ensino da enfermagem, a partir dos referentes conceituais da metodologia da problematização recorrendo ao arco de Maguerez. Consistindo em cinco etapas - Observação da realidade, Pontos-chave, Teorização, Hipóteses de solução e Aplicação à realidade – Prática -, esta metodologia foi aplicada ao uso do brinquedo terapêutico (BT) na formação de enfermeiros, definido enquanto “brinquedo estruturado para a criança aliviar a ansiedade desencadeada por experiências atípicas para a sua idade”. Foram desenvolvidos 10 protótipos de BTs a ser implementados no ensino em enfermagem e em contexto hospitalar, evidenciando que o uso desta metodologia permitiu a interligação entre teoria e prática na formação dos enfermeiros, o exercício da construção coletiva do conhecimento, e o estímulo à criatividade e ao pensamento crítico.

Manuela Alves, Clara Coutinho, Ana Maria Rocha e Cristina Rodrigues apresentam um estudo sobre os fatores que influenciam o processo de aprendizagem da matemática no ensino superior, no texto “Fatores que influenciam a aprendizagem de conceitos matemáticos em cursos de engenharia: Um estudo exploratório com estudantes da Universidade do Minho”. Estudando as perceções de 24 alunos e alunas de 2 cursos de engenharia da Universidade do Minho, através de grupo de discussão focalizada, as autoras discutem o impacto percebido no sucesso académico de variáveis como o género, a influência da família e da sociedade em geral, a metodologia do professor, o próprio conteúdo matemático e a relevância da aprendizagem da Matemática para a formação do engenheiro, e ainda as

crenças dos estudantes sobre as suas realizações académicas. As autoras concluem que todos os fatores identificados na literatura parecem ser relevantes na experiência destes alunos (à exceção do género), e interagem todos entre si para explicar o (in)sucesso.

A fechar o número, Carolina Costa Santos, Fátima Pereira e Amélia Lopes trazem-nos um artigo intitulado “Efeitos da intensificação do trabalho no ensino superior: da fragmentação à articulação entre investigação, ensino, gestão académica e transferência de conhecimento”. A partir de um grupo de discussão focalizada e de narrativas de tipo biográfico desenvolvidos com um grupo de professores de uma universidade pública, discutem “a identidade académica e as dimensões do trabalho do professor universitário”, num tempo marcado por profundas transformações sociais, políticas e económicas. As autoras discutem estas mudanças a partir de políticas neoliberais que legitimam uma lógica de mercado e de competitividade no ensino superior, subjugando-o a essas lógicas e levando à (re)construção da identidade académica. Os resultados apontam para uma intensificação do trabalho docente que remete para um permanente sentimento de falta de tempo face ao acúmulo e diversidade de tarefas, construindo “uma identidade vulnerável e sem defesas”, onde a burocratização da carreira aparece como uma dimensão negativa fundamental da mesma.

O número finaliza com a lista de publicações recebidas, no âmbito das permutas estabelecidas entre a RPE e outras revistas.

Marcando este número um final de mandato, a direção da revista não pode deixar de agradecer às pessoas que acompanharam o percurso dos últimos dois anos e que tornaram possível a continuidade do projeto editorial: à direção do Centro de Investigação em Educação, pela confiança que depositou na equipa e pelo apoio continuado; à comissão editorial, Ana Paula Pereira, Custódia Martins, Daniela Silva, Isabel Viana, Lia Raquel Oliveira, e Luís Dourado, pelo acompanhamento seguro e constante, e pela resposta pronta a todas as solicitações; ao secretariado da revista, Ana Rita Guimarães, pelo acarinhar de um projeto que marcou o seu percurso profissional ao longo de vários anos e que viveu sempre como seu; ao João Gonçalves pelo apoio e disponibilidade constantes.

Maria Alfredo Moreira & Maria José Casa-Nova